



Nota à Comunidade da UFMG

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, reunido em sessão extraordinária, em 22 de janeiro, vem expressar a sua mais profunda indignação com a perseguição a sua Reitora, Profa. Sandra Regina Goulart Almeida, e a outros ex-dirigentes. Este Conselho manifesta a sua irrestrita solidariedade à Reitora, considerando que o mais recente episódio vem na esteira de outros lamentáveis acontecimentos, que desde o ano de 2017, têm atingido a UFMG e outras universidades federais brasileiras.

A sanção que ora se pretendeu impor à Reitora da UFMG, por caminhos jurídicos questionáveis, é decorrente de imputações que foram devida e incansavelmente rechaçadas. No caso, além da ausência de fundamentos objetivos para sancionar, causa perplexidade que tenham sido ignoradas, pela autoridade sancionadora, garantias do devido processo legal, tais como a regra de competência para realizar sindicâncias ou processos administrativos quanto a atos de reitor ou vice-reitor de universidade federal. Chama a atenção que o processamento adotado tenha contrariado até mesmo nota técnica da própria CGU.

O descabido ato que se busca impor à Reitora da UFMG, por órgão incompetente e com violação do devido processo administrativo, mais do que flagrante ilegalidade, configura atentado ao edifício do Estado Democrático de Direito. Na defesa da autonomia universitária, não podemos admitir, que um agente do Estado, qualquer que seja a sua posição e estatuto funcional, lance mão de artifícios punitivos, à revelia da ordem constitucional. Tentativas dessa natureza expõem toda a sociedade brasileira ao gravíssimo risco de ingresso no nefasto terreno da tirania política.

De modo coeso, reiteramos os termos da Nota deste Conselho, emitida em 7 de dezembro de 2017 e ressaltamos a defesa intransigente dos valores éticos e democráticos que nos orientam e o compromisso com os propósitos desta Instituição, com o conhecimento, a ciência e a vida, como temos dado prova, cotidianamente, nesta conjuntura tão difícil para o País. É nosso dever cidadão, ademais, resistir às investidas sistemáticas contra a autonomia universitária e a integridade da ordem republicana. A UFMG não será agrilhoadada, pois é um patrimônio do Brasil. Como nosso povo, a UFMG é plural, diversa e resiliente.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2021.

Alessandro Fernandes Moreira
Presidente em exercício do Conselho Universitário